Parte III

Del ángulo de la reestructuración productiva y del trabajo: privatización, desempleo y desindustrialización

Do ângulo da reestruturação produtiva e do trabalho: privatização, desemprego e desindustrialização

A reestruturação da economia brasileira: desnacionalização e desemprego

Rosélia Piquet*

Introdução

O processo de reestruturação econômica que o mundo atravessa desde meados de 1970 tem significado o abandono dos padrões produtivos e administrativos até então vigentes, e o Estado-nação vê restringida sua capacidade de tomada de decisão diante da transnacionalização da produção.

Tais mudanças provocaram um enorme movimento de "ajuste" por parte das empresas que operam no território nacional, e, desde os anos 1990, a estrutura básica do capitalismo brasileiro, composto pela empresa estatal, pela empresa nacional familiar de grande porte e pela empresa estrangeira, está desaparecendo. Portanto, a compreensão da dinâmica econômica contemporânea exige a análise dos processos que vêm redefinindo os papéis dos grandes atores da economia nacional.

Desse modo, o texto tem como objetivo apresentar e analisar as mudanças patrimoniais decorrentes da privatização das empresas estatais, da falência (ou associação ao capital internacional) da empresa brasileira de grande porte e do ganho de importância da empresa estrangeira. Como a mais dramática conseqüência desse processo é a crescente desestruturação do mercado de trabalho, os dados referentes a este são também apresentados e discutidos.

* Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

As mudanças patrimoniais: a desnacionalização

A composição patrimonial responsável pela implantação da grande indústria em território nacional acentava-se em uma divisão de tarefas em que à empresa estrangeira couberam os setores produtores de bens de consumo duráveis, à grande empresa nacional, a produção de bens de consumo não-duráveis e de capital, e ao setor público, o papel central, não só graças à criação das "empresas públicas" que se tornaram as fornecedoras de insumos básicos de uso generalizado para a indústria, mas também ao investir pesadamente na formação da infra-estrutura[1]. É essa composição patrimonial, que teve seu início nos anos 50, consolida-se nos anos 70 com o II Plano Nacional de Desenvolvimento-II PND e permite ao país tornar-se a 8ª economia mundial, que vem desaparecendo.

Efetivamente, em 1990, a abertura comercial indiscriminada, a ausência de políticas industriais e agrícolas, a sobrevalorização do real e os elevados juros colocaram as empresas que operavam em território nacional em difícil situação. Afinal, não se passa suavemente de uma economia fechada para uma economia aberta e competitiva, dado que o fechamento das fronteiras econômicas, ao eliminar a concorrência, desobriga as indústrias de novos investimentos e favorece processos inflacionários, uma vez que quaisquer aumentos de custos podem ser automaticamente repassados para os preços. Foi, portanto, só em 1990, com a abrupta abertura às importações, que as empresas aqui instaladas (nacionais ou estrangeiras) se viram obrigadas a pensar em redução de custos, aumento de produtividade e introdução de novas tecnologias. Sua reação assumiu a seguinte feição: aceleraram a terceirização de atividades, abandonaram linhas de produtos, fecharam plantas, racionalizaram a produção, importaram máquinas e equipamentos, buscaram parcerias, fusões ou transferência de controle acionário, e reduziram custos, sobretudo os de mão-de-obra.

A combinação de câmbio sobre-valorizado e juros internos elevados criou um desequilíbrio contra as empresas de capital nacional, o que as levou a um processo de alienação de seus ativos a investidores estrangeiros. Desde então as grandes empresas nacionais vêm perdendo o espaço que lhes fora reservado e estão morrendo. As que perceberam o processo em tempo e mudaram sua mentalidade, procuraram parceiros internacionais e/ou fundiram-se, ampliando seu porte ou ganhando competitividade, permanecem no mercado. As que não mudaram sua atuação, ou o fizeram tarde demais, estão desaparecendo.

Quanto às empresas estrangeiras que já estavam instaladas no país, usufruindo do fechamento da economia, o que lhes possibilitava auferir margens de lucro inusitadamente elevadas, apesar de manterem baixas taxas de investimentos e nenhum compromisso com a qualidade, com a abertura viram-se obrigadas a mudar suas políticas de investimento sob pena de perderem seus espaços[2].

Graças à crescente liquidez internacional, os movimentos de capitais tornaram-se novamente positivos a partir de 1992 e, para o caso brasileiro, o

investimento direto do exterior mais que decuplicou seus valores no período de 1994-99. Contudo, em lugar de se direcionar predominantemente para a construção de novas plantas e com isso criar capacidade produtiva adicional, esse investimento tem privilegiado a compra ou a participação em empresas já existentes. Conseqüentemente, não proporciona acréscimo na capacidade produtiva instalada no país e ainda provoca cortes nos postos de trabalho, uma vez que na situação anterior a fábrica é parte de uma empresa completa, com direção, planejamento, contabilidade etc. No momento em que uma empresa estrangeira assume seu controle, há o desmonte da empresa e, geralmente, só a fábrica permanece, transformada em uma filial sem autonomia.

O processo de fusão de empresas não é uma particularidade da economia brasileira, pois os efeitos da globalização, o acirramento da competitividade e a maior exigência dos mercados têm obrigado as empresas a adotar transformações que, muitas vezes, não conseguem realizar individualmente. Desse modo, o processo de fusões e aquisições de empresas tornou-se um fenômeno internacional, que na economia brasileira conformou um intenso deslocamento e desnacionalização do controle acionário de empresas já existentes. Considerando o período 1995-98, o total de fusões e aquisições foi de pelo menos 1.500 operações, das quais aproximadamente 900, ou seja 60%, foram realizadas por empresas de capital estrangeiro[3].

Simultaneamente, as privatizações vêm também tirando de cena a empresa estatal, o que reforça o processo de desnacionalização. De fato, durante a década de 90 o governo brasileiro empreendeu um dos programas de privatização mais ambiciosos do mundo, segundo expressa documento do Senado Federal de 1998, que abrangeu os mais variados setores, como siderurgia, mineração, ferrovias, rodovias, portos, energia, telecomunicações, instituições financeiras, transportes urbanos e empresas de água, de gás e de esgoto.

Os dados fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES sobre o Programa Nacional de Desestatização-PND, apresentados no Quadro 1, confirmam a grandiosidade desse processo.

Quadro 1

Privatização no Brasil

Resultado Total 1991-2000 em US$ milhões

Setores	Resultados de venda	Dívidas transferidas	Total
Siderúrgico	5.562	2.625	8.187
Petroquímico	2.698	1.003	3.701
Mineração	3.305	3.559	6.864
Elétrico	24.481	7.510	31.991
Saneamento	699	-	699
Petróleo e Gás	6.037	88	6.125

Quadro 1 (continuação)

Setores	Resultados de venda	Dívidas transferidas	Total
Telecomunicações	28.675	2.947	31.622
Financeiro	1.508	-	1.508
Transportes	2.320	-	2.320
Participação minoritária	1.110	-	1.110
Outros	1.233	344	1.577
Total	**77.628**	**18.076**	**95.704**

Fonte: BNDES: Privatização no Brasil - Resultados & Agenda (em 21 de agosto de 2000).

Mas, para entender o papel das empresas estatais na economia brasileira, é importante retroceder a 1974, ou seja, ao início do II Plano Nacional de Desenvolvimento, pois nesse período eleva-se a participação dos investimentos públicos na formação bruta de capital fixo, por meio das estatais. Essas empresas, que deveriam ser instrumentos de política econômica de longo prazo, passam a ser utilizadas recorrentemente como instrumentos de política de curto prazo, de captação de poupança externa e de combate direto à inflação, através da política de controle de preços, como pode ser observado pelo Quadro 2.

Quadro 2

Evolução de preços e tarifas (Base 1975=100)

Produtos/serviços	1975	1980	1988
Aço	100	77	56
Transporte ferroviário de minério de ferro	100	73	58
Eletricidade	100	73	65
Telefonia	100	68	47
Correios	100	83	54

Fonte: Secretaria de Planejamento do Governo Federal-SEPLAN/Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho-SEST-2000. Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços.

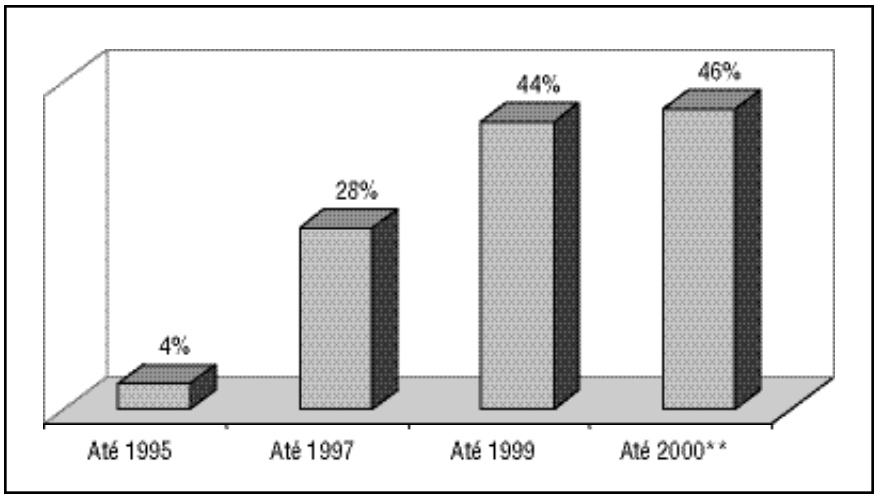
Pouco antes das privatizações, o governo reajustou preços e tarifas de modo a que esses setores voltassem a ser rentáveis, sem que as empresas compradoras tivessem que enfrentar o risco de protestos e indignação do consumidor. No caso do aço, foi concedido reajuste de 300%; no da telefonia, de até 500% a partir de novembro de 1995, e, no das fornecedoras de energia elétrica, de 150%[4]. Como se vê, usadas como amortecedoras da inflação interna, é natural que as empresas apresentassem desempenho questionável, o que passa a ser tratado pelo pensamento de cunho liberal como sinal de "ineficiência congênita". No entanto, não há como situar no mesmo nível, empresas altamente rentáveis lado a lado a empresas que efetivamente tornaram-se presas do empreguismo e da ineficiência.

Um reforço ao processo de desnacionalização também foi dado com a mudança da política governamental em relação ao BNDES. Criado para dar apoio ao desenvolvimento nacional, o BNDES se concentrou inicialmente no financiamento a projetos de infra-estrutura e, posteriormente, como instrumento de política industrial, recebeu a incumbência de criar condições para grupos nacionais. Para cumprir esse papel, o banco estava proibido por lei de financiar empresas estrangeiras. Com o decreto presidencial de 24 de maio de 1997 o banco fica autorizado a conceder empréstimo também a grupos estrangeiros. E, para culminar, em 1998 um decreto do Presidente da República proíbe o BNDES de realizar empréstimos a empresas estatais[5].

A participação das empresas estrangeiras no total arrecadado foi de 46%, contudo, torna-se ainda maior à medida que os sócios brasileiros, posteriormente, vendem as suas participações assumidas na ocasião dos leilões[6] (Gráfico 1).

Gráfico 1

Participação estrangeira no total arrecadado no processo de privatização



Fonte: BNDES. Privatização no Brasil - Resultados & Agenda. 2000.
(*) Não inclui dívidas transferidas.
(**) Em 21 de agosto de 2000.

Segundo os dados oficiais apresentados, as vendas das estatais arrecadaram US$ 77,6 bilhões, e o governo ainda se teria livrado de US$ 18 bilhões das dívidas dessas empresas. No total, seriam US$ 95,7 bilhões de saldo. Contudo, a "história" não termina aí, pois houve vendas a longo prazo, a serem pagas em prestações, isto é, o dinheiro não entrou no caixa do governo, mas o seu valor total fora incluído nos resultados divulgados. Houve ainda dívidas das empresas privatizadas que deveriam ser pagas pelos compradores, mas que na realidade

foram assumidas pelo Tesouro Nacional, além dos investimentos que o governo realizou antes de vender as estatais –na chamada política de "saneamento das estatais"– e que não entraram no cálculo do preço de venda.

Um exemplo dessa política de "saneamento das estatais" –a privatização do sistema brasileiro de telecomunicações– Telebrás, deve ser apresentado, pois significou uma das grandes perdas para a sociedade brasileira. Em 1996, o governo duplicou os investimentos nas teles, alcançando RS$ 7,5 bilhões, investiu RS$ 8,5 bilhões em 1997 e mais RS$ 5 bilhões no primeiro semestre de 1998, totalizando, portanto, RS$ 21 bilhões de investimentos em dois anos e meio. Esse dinheiro, o governo aplicou na ampliação das redes, das estações, dos cabos e de toda a infra-estrutura do sistema telefônico, deixando tudo pronto para as empresas compradoras começarem a faturar para seus próprios cofres[7].

Apesar desses investimentos, o faturamento dos fabricantes brasileiros recuou, empresas foram fechadas e o desemprego avançou. Isso porque as grandes multinacionais, já atuantes no setor ou atraídas pelas privatizações, passaram a importar maciçamente. Em 1999, a Telefônica, empresa espanhola compradora da Telesp de São Paulo, não convidou uma única empresa brasileira fabricante de peças e equipamentos para disputar as encomendas. O rombo na balança comercial não se fez esperar: as compras da área de telecomunicações no exterior saltaram de US$ 280 milhões em 1983 para aproximadamente US$ 3 bilhões[8].

Embora as privatizações tenham provocado corte de pessoal, ironicamente, foram os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT que financiaram os grandes grupos empresariais, incluindo multinacionais e empresas de telecomunicações privatizadas: só no primeiro semestre de 1999 foram emprestados mais de R$ 500 milhões para as grandes empresas, enquanto apenas R$ 267 milhões destinaram-se às pequenas e microempresas, que entretanto são as que garantem respectivamente 43% e 15% da oferta de empregos do país[9].

Outra característica do perfil do investimento direto estrangeiro em anos recentes é que ele tem sido predominantemente direcionado ao setor de serviços. Segundo o Censo do Capital Estrangeiro do Banco Central, o fluxo de novos ingressos realizados de 1996 a 1998, período em que atingiu o montante acumulado de US$ 45 bilhões, a parcela dos serviços chega a 82%, enquanto a da indústria, a apenas 16%. O dado preocupante nesse caso reside no fato de que os serviços de energia elétrica, telecomunicações, telefonia, não são exportáveis e, portanto, não geram divisas, mas os fluxos de remessa de lucro, dividendos, *royalties*, pagamento por assistência técnica, esses sim, serão permanentes.

A força do Programa Nacional de Desestatização é inegável, e ao longo de dez anos o processo de privatização brasileiro permitiu que o Estado repassasse à iniciativa privada a quase totalidade das empresas sob seu controle: um total de 124 empresas e concessões foi transferido à iniciativa privada. Esses resultados

são orgulhosamente apresentados como conferindo à privatização brasileira o *status* de um dos mais extensivos programas já realizados no mundo[10].

Como ao longo da década de 90 as políticas econômicas dos governos federais foram de orientação liberal, nenhuma medida de defesa da produção e do emprego nacionais foi tomada. Ao contrário, a opção por um desenvolvimento subordinado à inserção internacional expôs fortemente nossa estrutura produtiva à concorrência externa, ampliando a presença de componentes importados e as ligações das plantas locais com as demais plantas espalhadas pelo mundo das empresas multinacionais. Dado que durante a década de 90 o produto interno bruto (PIB) apresentou um lento crescimento acompanhado de fortes pressões para aumento da produtividade, os efeitos foram a destruição de empregos, seja pela reorganização da base produtiva, seja pela "exportação" desses empregos por meio da importação de bens e serviços. Os efeitos perversos dessa política não se fizeram esperar, e não apenas o desemprego alcançou um recorde histórico, como o emprego formal contraiu-se, mesmo quando a economia cresceu. Pontos que serão analisados a seguir.

A desestruturação do mercado de trabalho

Observando-se a evolução do mercado de trabalho brasileiro numa perspectiva histórica, percebem-se dois movimentos distintos. A partir da Segunda Guerra Mundial, o país transformou-se em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais, capaz de incorporar ao mercado de trabalho urbano parcelas significativas de uma população com elevado crescimento demográfico e composta de um extraordinário contingente de pessoas egressas do campo. Esse período, que corresponde à intensificação do processo de industrialização, caracterizou-se pela estruturação do mercado de trabalho, ou seja, pela ampliação do emprego assalariado, em geral com carteira assinada. A partir dos anos 80 registra-se o início de um movimento em sentido inverso: um processo de desestruturação do mercado de trabalho. A década de 90 mostra uma redução da geração de postos de trabalho formal em todos os anos, sendo que ao final do período foi contabilizada uma queima de nada menos que 3,3 milhões de postos de trabalho formal, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, do Ministério do Trabalho[11].

No caso brasileiro, muito das grandes empresas verticalmente integradas, diante do novo quadro concorrencial que se implanta no país, abandonam as atividades complementares ao processo produtivo (tais como transporte, segurança, limpeza e até mesmo atividades consideradas "nobres", como planejamento e desenhos) para comprá-las no mercado a menor preço. Assim, muitas atividades passam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas de produção etc., o que transforma um certo número de postos de trabalho de empregos formais em ocupações, que

deixam de oferecer as garantias e os direitos habituais. A expressão precarização do trabalho descreve adequadamente essa situação. O declínio do emprego formal, apresentado no Quadro 3, indica que segmentos de mão-de-obra antes pertencentes aos quadros permanentes das empresas passam para um reservatório mal-pago e mal-organizado de trabalhadores, com as correspondentes conseqüências negativas sobre a qualidade de vida.

Quadro 3

Evolução do emprego formal por setores e subsetores da atividade econômica Brasil-1989/1999 (base 1989 = 100)

Setores e subsetores	**1990**	**1994**	**1999**
Indústria de Transformação	98	87	73
Metalúrgica	88	73	61
Mecânica	87	68	53
Elétrica e Comunicações	93	63	50
Material de Transporte	93	77	58
Química e Farmacêutica	93	80	69
Têxtil	95	78	62
Calçados	89	93	80
Construção Civil	97	85	77
Comércio	102	96	92
Instituições Financeiras	97	79	61
Transportes e Comunicações	100	96	91
Alojamento, Alimentação e Diversos	102	107	109
Total	**100**	**94**	**87**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-CAGED/Relação Anual de Informações Sociais-RAIS (*apud* Mattoso, Jorge. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 18).

Como pode ser observado, todos os setores apresentam recuo do emprego formal, embora a indústria de transformação, a construção civil e as instituições financeiras sejam mais duramente atingidas. Apenas apresentou um comportamento positivo o heterogêneo setor Serviços, compreendido por alojamento, alimentação, reparação e diversos. Embora existam hoje formas diversificadas de inserção no mercado de trabalho que já não poderiam mais ser captadas adequadamente através do mero enquadramento tradicional entre "formal x informal", para a maioria dos estudiosos do tema, o contrato formal de trabalho é considerado "melhor" do que o assalariamento informal, porque proporciona a quem o tem um conjunto de proteção e benefícios[12].

O desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90 são um fenômeno de amplitude nacional e jamais ocorrido na história do país. Os responsáveis pela política econômica

tentaram, inicialmente, ignorar a importância desse desemprego. Quando não se tornou mais possível desconhecer a profundidade e a extensão do fenômeno, tentaram atribuí-lo à legislação trabalhista brasileira e à desqualificação de nossa força de trabalho.

A legislação trabalhista brasileira passa então a ser considerada pelos mentores das políticas econômicas como extremamente rígida e demasiadamente protetora da força de trabalho: era preciso desregulamentar. Com isso, as políticas de combate ao desemprego ficam restritas ao campo da desregulamentação do trabalho, ou seja, da flexibilização das regras que regem a contratação, o uso, a remuneração e a dispensa da força de trabalho.

A questão da qualificação da força de trabalho ganhou realce no debate sobre emprego no Brasil, e os que participam com maior distanciamento desse debate passam a ter a impressão de que o desemprego decorre da má qualificação do trabalhador brasileiro perante a reorganização da base produtiva nacional em um mundo globalizado. Entra em moda o termo "empregabilidade" e passa-se a falar nas frágeis condições de empregabilidade do trabalhador brasileiro, transferindo-se para esse a responsabilidade de estar desempregado e de ter que, individualmente, resolver essa situação desfavorável.

O desemprego é também tratado como um problema menor, apenas regional ou setorial, que estaria afetando mais profundamente a região altamente industrializada de São Paulo. Os dados contidos nos quadros 4 e 5, mostram que tal afirmativa não se sustenta, pois o desempenho negativo da indústria quanto à manutenção do nível do emprego apresenta-se em todas as regiões metropolitanas estudadas e significou a perda de 1.075.023 postos de trabalho formal.

Essa perda no setor industrial é parcialmente atribuída às mudanças nas atividades industriais, onde toda uma série de serviços à produção é realizada por empresas externas, em um processo de crescente divisão social do trabalho. Processo este conhecido como "terceirização". Contudo, ainda que esse fato esteja presente na economia brasileira não é capaz de responder pela perda de 43% dos postos de trabalho formal. Além do mais, o setor terciário, ou de serviços, é considerado uma categoria residual, pois apresenta enorme heterogeneidade no que se refere a sua funcionalidade dentro do sistema produtivo[13].

Quadro 4

Postos de trabalho formal segundo setores da atividade econômica Regiões Metropolitanas: Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Anos: 1989-1998

Setores da Atividade Econômica	Fortaleza		Recife		Belo Horizonte		Rio de Janeiro		São Paulo		Porto Alegre	
	1989	1998	1989	1998	1989	1998	1989	1998	1989	1998	1989	1998
Extrativa Mineral	1.295	921	647	425	13.965	5.461	7.960	4.070	6.819	4.857	871	753
Indústria de Transformação	89.970	85.969	122.043	71.618	167.859	141.475	467.200	242.850	1.751.740	921.332	280.673	186.215
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6.942	5.449	9.622	7.046	22.919	19.499	47.659	41.000	43.281	50.335	10.333	11.012
Construção Civil	21.680	24.897	33.724	36.518	87.959	86.335	96.643	92.439	249.893	200.797	29.549	38.063
Comércio	54.756	63.378	76.091	80.111	120.000	141.989	380.366	376.851	588.531	633.249	128.425	121.565
Serviços	116.029	144.998	201.335	218.173	353.627	402.922	988.728	1.020.204	1.500.198	1.675.419	270.273	287.680
Administração Pública	120.132	131.967	154.201	149.053	268.656	356.253	571.236	475.782	846.144	905.031	222.259	227.525
Agropecuária,Extração Vegetal, Caça e Pesca	6.164	5.463	3.756	8.945	3.659	8.303	7.513	6.199	7.741	12.470	3.775	6.163
Outros	5.609	107	9.069	185	24.499	143	63.616	465	128.102	328	19.705	161
Totais	**422.577**	**463.149**	**610.488**	**572.074**	**1.063.143**	**1.162.380**	**2.630.921**	**2.259.860**	**5.122.449**	**4.403.818**	**965.863**	**879.137**

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego-MTE. Tabulação da autora.

Quadro 5

Totais de postos de trabalho formal 1989-1998

Regiões Metropolitanas	Número de postos de trabalho		Variações entre 1989-1998	
	1989	1998	Valores absolutos	Variações percentuais
Fortaleza	422.577	463.149	40.572	10%
Recife	610.488	572.074	-38.414	-6%
Belo Horizonte	1.063.143	1.162.380	99.237	9%
Rio de Janeiro	2.630.921	2.259.860	-371.061	-14%
São Paulo	5.122.449	4.403.818	-718.631	-14%
Porto Alegre	965.863	879.137	-86.726	-9%
Totais	10.815.441	9.740.418	-1.075.023	-10%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais-RAIS-2000, Ministério do Trabalho e Emprego-MTE. Tabulação da autora.

Concluindo

Da experiência brasileira é possível derivar algumas lições. País de dimensão continental, marcado por fortes heterogeneidades sociais e regionais, elevados índices de urbanização e vasto parque industrial, o Brasil tem se revelado

particularmente vulnerável aos efeitos da ordem global. A industrialização, que durante mais de 30 anos comandou o processo de crescimento do país, não se traduziu em salários reais crescentes senão para um conjunto restrito de trabalhadores, uma vez que, dentre outras causas, a forte migração rural-urbana atuou como um freio permanente à subida dos salários de base. A seu turno, a não-ocorrência de reformas institucionais redistributivas –dentre elas a reforma agrária e a reforma urbana– manteve e reforçou a injustiça social, e os acelerados processos de urbanização e de metropolização acumularam imensas carências básicas em termos de habitação, saneamento, transportes e saúde. Para completar esse quadro, o desemprego e a inflação galopante dos anos 80 expropriaram os rendimentos monetários das camadas de baixa renda.

Na década de 90 o Brasil passa a possuir uma restrita elite de altas e médias rendas (10 milhões), uma classe média relativamente pequena (15 milhões), uma classe trabalhadora pauperizada (80 milhões, incluindo as suas famílias) e um estamento marginalizado de miseráveis (40 milhões de indivíduos)[14]. Desse modo, é imenso o abismo que separa a sociedade brasileira das sociedades desenvolvidas, em matéria de eqüidade e de incorporação das massas aos padrões contemporâneos de consumo.

Esse abismo não foi capaz de impedir a adoção de políticas de cunho liberal, e nos últimos 10 anos a elite brasileira aderiu, majoritariamente e de forma quase incondicional, às teses neoliberais. A percepção de que a globalização seria um fenômeno universal e inescapável criou uma onda de abertura econômica, de privatização e de desregulamentação. Não se está aqui postulando a proteção indiscriminada e o fechamento da economia, pois hoje o espaço da concorrência é mundial e é importante para um país sediar *global players* uma vez que isso significa ter centros de decisão no seu território. Contudo, o traço distintivo da globalização consiste na extrema volatilidade dos nexos do capital com o espaço econômico nacional e no dramático enfraquecimento dos Estados nacionais, tendências que se manifestam com força redobrada nas economias dependentes.

A análise mostra que os anos 1990 representaram para a economia brasileira um período de intenso "ajuste". A importação ocupou um espaço antes restrito à produção doméstica. Esse ajuste está associado aos processos de privatização e, no tocante aos demais setores manufatureiros, à busca de adequação ao novo contexto de concorrência. As mudanças patrimoniais ocorridas tornaram a economia brasileira simultaneamente mais transnacionalizada e mais fragilizada.

É fato que o Brasil sempre teve uma ampla inserção no sistema econômico internacional e as empresas de capital estrangeiro sempre desempenharam um papel de destaque no processo de acumulação de capital no país. Entretanto, nos anos recentes, o avanço do capital estrangeiro se fez em detrimento tanto da empresa estatal quanto da empresa privada nacional, e como as empresas transnacionais possuem fontes extraordinárias de poder, reduzem significativamente os graus de manobra do Estado nacional.

A década de 1990 foi um período de inflexão também na composição do mercado de trabalho. Boa parte da absorção de mão-de-obra foi devida ao setor serviços, simultânea à redução do emprego no setor manufatureiro. Assistimos a uma mutação da organização do trabalho: em lugar de um conjunto de assalariados majoritariamente protegidos, há cada vez mais assalariados fragilizados, ameaçados pelo desemprego, sem a garantia de poder construir, a partir de sua condição de assalariado, um futuro garantido.

Os dados para 2000 parecem indicar que os tempos mais duros já foram ultrapassados: prevê-se uma recuperação no que respeita tanto ao potencial de investimentos quanto ao crescimento da oferta de empregos. A produção industrial vem dando mostras de recuperação, e alguns setores da economia brasileira já apresentam um padrão considerado "internacionalizado"[15]. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria, a utilização da capacidade instalada atingiu 82%, o maior índice dos últimos oito anos. Esse alto comprometimento deve resultar em mais investimentos, embora essa nova safra de investimentos não seja promissora quanto à geração de empregos.

Seriam a intensidade e a multiplicidade das mudanças ocorridas no país nos anos 1990 capazes de promover um Brasil moderno, democrático e em condições de assegurar à sua população não somente direitos políticos fundamentais, mas também direitos sociais suficientemente fortes, ou ao contrário estariam levando a trajetórias insustentáveis, definidas por uma elite pouco solidária com a nação? Ainda é cedo para avaliar seu potencial, mas desde já é preciso não aceitar que essa nação continental seja entregue a meros administradores de receitas e despesas. É preciso centrar a discussão em idéias-força fundamentais para a (re)construção do destino nacional.

Bibliografia

Amadeo, Edward; Scandiuzzi, João Carlos; Pero, Vera 1996 "Ajuste empresarial, empregos e terceirização", em *Economia Política*, São Paulo, Vol. 16, Nº 1, pp. 21-36, jan./mar. 1996.

Baltar, P., Dedecca, C. e Henrique, W. 1996 "Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil", em Mattoso, Jorge (org.) *Crise e trabalho no Brasil - modernidade ou volta ao passado?* (São Paulo: Scritta) pp. 87-108.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES 1999 *Programa Nacional de Desestatização.* Rio de Janeiro, RJ. Relatório de Atividades.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES 2000 *Privatização no Brasil - Resultados & Agenda.* Rio de Janeiro, RJ.

Barros, J. R. M. e Goldenstein, L. 1997 "Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro", em *Revista de Economia Política*, São Paulo, SP. Vol. 17, Nº 2, abr./jun 1997.

Biondi, Aloysio 1999 *O Brasil privatizado* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).

Coutinho, Luciano y Ferraz, J. C. (coords.) 1994 *Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira* (São Paulo, Papirus).

Castel, Robert 1998 "As metamorfoses do trabalho", em *Globalização, o fato e o mito* (Rio de Janeiro: EDUERJ) pp. 147-164.

Castro, Antônio Barros 1998 "Limitações e potencialidades da nova safra de investimentos", em *Visões da Crise* (Rio de Janeiro: Contraponto) pp. 129-140.

Charles, D. R. 1996 "Information technology and production systems", em *The global economy in transition* (Harlow, Inglaterra: Addison Wesley Longman Limited).

Fleury, P. e Arkader, R. 1997 "Ameaças, oportunidades e mudanças –trajetórias de modernização industrial no Brasil", em *Estratégias empresariais na indústria brasileira– discutindo mudanças* (Rio de Janeiro: Forense Universitária) pp. 253-286.

Gonçalves, Reinaldo 1999 *Globalização e desnacionalização* (São Paulo: Paz e Terra).

Haguenauer, Lia et al 1996 "Competição e internacionalização na indústria brasileira", em Baumann, Renato (org.) *O Brasil e a economia global* (Rio de Janeiro: Campus/SOBEET) pp. 195-216.

Mattoso, Jorge 1999 *O Brasil desempregado* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).

Pochmann, Marcio 1999 *O trabalho sobre fogo cruzado* (São Paulo: Contexto).

Santos, Milton 1998 “A grande crise já se instalou”, em *Visões da crise* (Rio de Janeiro: Contraponto) pp. 89-100.

Santos, Milton 2000 *Por uma outra globalização* (São Paulo: Record).

Singer, Paul 1998 *Globalização e desemprego - diagnóstico e alternativas* (São Paulo: Contexto).

Vermulm, Roberto 1999 “Estrutura industrial brasileira”, em Penna, J. C. (org.) *Em busca do futuro: a competitividade no Brasil* (Rio de Janeiro: Campus).

Notas

1 Em 1954 é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no Governo Juscelino Kubitschek, como organismo de financiamento de longo prazo, que passa a dispor de recursos retirados do imposto de renda, para financiar a construção da a infra-estrutura que o processo de industrialização então exigia. Quando passa a administrar os chamados fundos sociais (FGTS e PIS-PASEP), tem seus recursos aumentados em 350% em termos reais. Enquanto em 1964 dedicava mais de 90% de seus financiamentos ao setor público, no decorrer da década de 70 essa situação se inverte e 90% de seus dispêndios são destinados ao setor privado.

2 Ver Barros, Mendonça de; Goldenstein, Lídia (1997) "Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro", em *Revista de Economia Política* (pp.11-31).

3 Ver Gonçalves, Reinaldo (1999) *Globalização e Desenvolvimento* (pp. 140).

4 Ver Biondi, Aloysio (1999) *O Brasil Privatizado* (p. 9).

5 Ibid., p. 36.

6 Ver Gonçalves, op. cit., p. 145.

7 Ver Biondi, op. cit., p. 36.

8 Ibid., p. 9.

9 O FAT, custeado com contribuições do PIS/PASEP, destina-se a programas que beneficiam o trabalhador, tais como seguro desemprego, abono salarial e cursos de qualificação profissional.

10 Ver BNDES (1999) Programa Nacional de Desestatização. Relatório de Atividades (p. 5).

11 A expressão "postos de trabalho formal" designa o emprego de contrato regular, de tempo integral e duração indefinida, formalizado na "carteira assinada" e que está associado a regras de demissão e a outras formas de proteção.

12 "Qualidade do emprego" é um assunto que vem sendo muito debatido na área da economia do trabalho. O "bom" emprego seria o emprego de contrato regular, formalizado na "carteira assinada". Contudo, os diagnósticos oficiais procuram minimizar as adversas relações salariais vigentes no Brasil, por meio de uma verdadeira apologia da informalidade, como é o caso de Edward Amadeo, especialista em economia do trabalho e Ministro do Trabalho entre março de 1998 e Janeiro de 1999, que em entrevista à Revista *Veja* de 15/04/98 afirma: "Quem vende uma mercadoria no sinal de trânsito não tem um emprego convencional, mas tem um trabalho e, portanto, uma renda. Não estou dizendo que isso é o ideal, mas quero deixar claro que o Brasil tem essa capacidade de se adaptar a coisas novas."

13 Os dados sobre emprego metropolitano apresentados nos Quadros 4 e 5 fazem parte da pesquisa "Mudanças na estrutura ocupacional em regiões metropolitanas brasileiras selecionadas" que venho desenvolvendo e que conta com o apoio do CNPq.

14 Coutinho, Luciano; Ferraz, J. C. (coord.) (1994) *Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira* (p. 102).

15 Segundo os padrões mundiais, uma empresa é considerada "internacionalizada" quando pelo menos 25% da receita total é proveniente das vendas ao mercado externo. As exportações de couros e calçados, por exemplo, respondem por 30% do faturamento total do setor, e 27,4% da receita da metalurgia básica provém de exportações.